

O **Com você** conversou com um dos maiores especialistas em previdência do país, o superintendente geral da Abrapp, Devanir Silva, para entender se a reforma é mesmo necessária e quais os motivos que levaram ao deficit crescente do sistema público.

Reforma da Previdência



Balanço

Os destaques na rentabilidade dos planos em 2018.



Consumo compulsivo

Quando as compras por impulso colocam seu orçamento em risco.

Gestão positiva dos recursos

Em sua primeira reunião de 2019, o Conselho Deliberativo do Funbep aprovou, no dia 21 de março, as demonstrações contábeis e financeiras dos planos de benefícios relativas ao exercício anterior.

O ano de 2018 apresentou um cenário econômico bastante instável, sobretudo a partir de maio com a greve dos caminhoneiros e, nos meses seguintes, com a disputa acirrada nas eleições. O panorama ficou ainda mais complexo com o aumento das taxas de juros nos Estados Unidos que diminuiu o nível de investimentos em países de maior risco como o Brasil.

Mesmo assim, a gestão criteriosa dos ativos do Funbep permitiu enfrentar as dificuldades e aproveitar as oportunidades, fechando 2018 com resultados positivos. O patrimônio da entidade teve um aumento da ordem de R\$ 221 milhões, o que representa 5% de crescimento em relação a 2017, e encerrou o ano com recursos acima de R\$ 4 bilhões. Foram direcionados, ao longo do exercício, mais de R\$ 373 milhões para o pagamento de benefícios aos assistidos do Funbep.



Funbep I



A rentabilidade do plano **Funbep I** foi de **14,12%**, superando em mais de 6 pontos percentuais a inflação medida pelo IGPM no período, que ficou em 7,55%. Esse desempenho conseguiu ultrapassar a meta atuarial, que totalizou **13,68%**.

Vale lembrar que a meta atuarial representa o retorno necessário para que as aplicações financeiras assegurem o cumprimento dos compromissos futuros dos planos.

Funbep II



Já o plano **Funbep II** teve um resultado de **6,43%**, acima da inflação medida pelo INPC, que fechou o ano em 3,43%.

Mais uma vez, porém, o **Funbep I** fechou o ano com deficit, da ordem de R\$ 45 milhões (o acumulado contabiliza quase R\$ 400 milhões). Ou seja, mesmo com as rentabilidades geradas pela performance positiva em um ano tão adverso quanto 2018, os recursos obtidos têm sido consumidos, em boa parte, por obrigações não previstas, em especial, pelos processos judiciais.

Confira, no Relatório Anual 2018 do Funbep, os resultados do ano, com o balanço patrimonial e todos os dados contábeis e financeiros consolidados e por plano, além das principais atividades da entidade no ano. **O Relatório está disponível no site do Funbep, clicando aqui.**



3 ■ educação financeira

Como consumir sem se consumir

O consumo por impulso pode colocar em risco suas finanças e seus planos de longo prazo.

Angústia? Estresse? Nada como ir às compras para aliviar as dificuldades do dia a dia. As sacolas cheias parecem ajudar a esquecer os problemas, certo? Na prática, não é bem assim: além de lotar gavetas e armários com itens desnecessários, as compras impensadas, usadas como uma válvula de escape, podem desequilibrar seu orçamento de maneira radical.

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada no início de março pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 61,5% das famílias brasileiras tinham dívidas (em atraso ou não) em fevereiro.

O cartão de crédito é o principal instrumento utilizado (por 78,5% das famílias), seguido pelos carnês (13,9%). Essas dívidas geralmente vêm de compras a prazo feitas sem planejamento.

Muitas vezes, mudanças simples de atitudes – como um cuidado extra com as despesas fora do orçamento e os gastos com cartão de crédito, carnês ou cheques pré-datados – podem levar a novos hábitos de consumo, muito mais saudáveis.

Vale lembrar que o crédito oferecido por lojas, bancos ou financeiras não pode ser visto como um “dinheiro extra” que se soma aos seus ganhos mensais. Ele exige atenção, pois não é parte da sua renda e precisa ser devolvido. Parece simples, mas muita gente conta com esses instrumentos de financiamento como complemento de seus rendimentos mensais e aí está o risco. Segundo o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), a maior parte dos endividados admite estar com mais de três meses de atraso no pagamento de suas compras. Ou seja, já perderam o controle das contas.



É bom, então, respirar fundo e começar a organizar as finanças. É importante cortar as despesas supérfluas e procurar liquidar primeiro as dívidas que possuem juros mais altos. Com vontade e decisão firme, pouco a pouco, o equilíbrio vai chegar!

EM NOME DA AMIZADE...

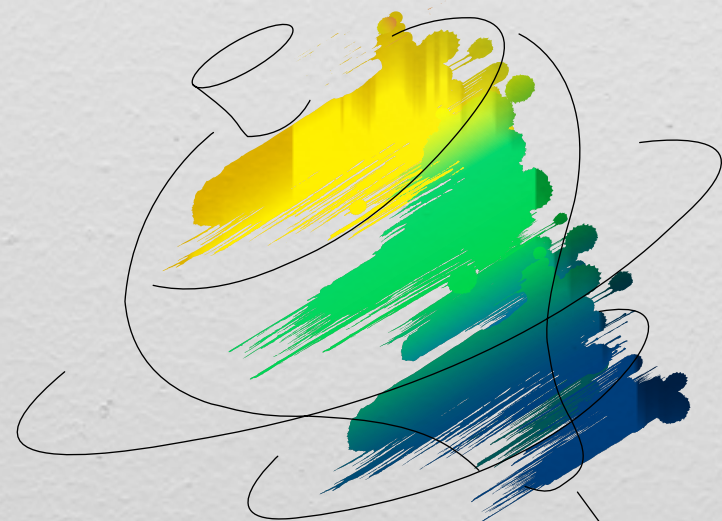
Este é outro problema tão comum quanto grave. Um levantamento feito no ano passado, em todas as capitais, pelo SPC Brasil e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) descobriu que o empréstimo de nome a terceiros é uma das causas que leva os brasileiros à inadimplência. Em cada dez pessoas que estão ou estiveram com o nome inscrito em cadastros de devedores nos doze meses anteriores à pesquisa, duas chegaram a essa situação porque forneceram seus documentos ou cartões para que outra pessoa fizesse compras a prazo. Está aí, portanto, mais um ponto de atenção!



Imagem & Arte

O superintendente geral da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), Devanir Silva é um dos maiores conhecedores do setor no país. Qualquer que seja a pergunta relativa ao assunto, a resposta vem acompanhada de números, análises, comparações e reflexões embasadas em seus 38 anos de atuação no setor, sendo 35 deles à frente da Abrapp. Nesse momento de discussões acaloradas sobre a reforma da Previdência Social, o **Com você** ouviu esse grande especialista.

Acompanhe, nesta e na próxima página, os principais pontos da entrevista:



Por que a Previdência Social precisa mudar

Como está estruturada a Previdência Social no Brasil?

No Regime Geral de Previdência Social (RGPS), do qual fazem parte os empregados da iniciativa privada, funciona o sistema de repartição, ou seja, arrecada-se de quem está na ativa e paga-se as rendas mensais aos beneficiários. São cerca de 59 milhões de pessoas contribuindo e 35 milhões recebendo. Em 2018, o deficit do RGPS foi da ordem de R\$ 195 bilhões e a previsão para 2019 é de R\$ 218 bilhões. Há também no modelo de repartição o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais) que tem em torno de 6,3 milhões de contribuintes e 3,7 milhões de assistidos. Ele gerou um deficit de R\$ 176 bilhões, em 2018.

E a previdência complementar?

O regime de previdência complementar, consolidando as entidades abertas e fechadas, possui um patrimônio de R\$ 1,6 trilhão, envolvendo 16 milhões de contribuintes e 930 mil assistidos. Se pensarmos apenas na previdência fechada, o patrimônio administrado é de R\$ 901 bilhões, com 2,7 milhões de participantes e 847 mil assistidos. Mas esse é um sistema com regras próprias que não fazem parte da discussão da reforma.

Por que se fala em deficit da Previdência Social?

O que está acontecendo?

Como expliquei, a Previdência Social utiliza o sistema de repartição e dependência geracional. Isso quer dizer que quem está na ativa financia, por meio dos descontos em folha, os benefícios de quem está aposentado. O problema é que esse modelo sofreu poucas alterações em seus benefícios e premissas desde sua criação, sendo que a sociedade, por outro lado, mudou muito.

5 pingue-pongue



O que mudou na sociedade?

Em primeiro lugar, temos os aspectos demográficos. Em 1960, eram 6 filhos por mulher e hoje é 1,7, o que nem é considerado taxa de reposição das famílias – ou seja, nossa população irá encolher. Outra questão importante é a da sobrevida: as pessoas estão vivendo mais. Isso é muito bom, mas se pensarmos na questão da dependência geracional, a situação complica. Hoje, um cidadão na faixa de 60 anos tem uma expectativa de sobrevida de 22 anos.

A combinação da redução dos nascimentos e do aumento da longevidade faz com que haja menor reposição de pessoas para contribuir com a aposentadoria daqueles que estão ficando mais tempo vinculados. Ou seja, é um problema estrutural que já foi enfrentado por outros países e que precisamos encarar de frente. Caso contrário, o sistema pode entrar em colapso e colocar em risco até mesmo os benefícios de quem já está aposentado, como vimos ocorrer em outras nações, como Grécia e Portugal, que tiveram que reduzir os valores das aposentadorias.

O Brasil está em linha com o que vem sendo feito em outros países?

Essa mudança demográfica está ocorrendo praticamente no mundo todo e é um grande desafio internacional. Hoje, a idade média para aposentadoria nos países da **OCDE** é de 64 anos.

O pressuposto é que, vivendo mais, podemos estender nossa vida laboral. Os países também estão reduzindo a dependência entre gerações, o que se pretende no

Brasil também. As soluções variam nos diferentes locais, mas o que

se vê com frequência é uma camada de repartição (com tetos de benefícios mais baixos e, portanto, redução da aposentadoria vinda do sistema estatal), completada por um esforço de poupança previdenciária da população em idade ativa. Evita-se, assim, transferir todo o encargo para as novas gerações.

Quais seriam as alterações necessárias?

Há dois tipos de mudanças essenciais para equilibrar o sistema. Uma é de caráter paramétrico, com o aumento da idade de aposentadoria e do tempo de contribuição. Infelizmente, para isso, será preciso mexer com as pessoas que já

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), formada por países com índices elevados de desenvolvimento humano e PIB per capita.

estão no mercado, o que é uma pena porque se muda a regra com o jogo em andamento. Mas não há opção: os trabalhadores terão que ficar mais tempo vinculados ao sistema, contribuindo por mais anos. O tempo de contribuição mínimo hoje, no Brasil, é de 15 anos e o governo acena, na proposta apresentada ao Congresso, com a elevação para 20 anos, no mínimo, e 40 anos para quem quiser os 100%.

No caso da idade, se passar a proposta, teremos, no mínimo, 65 anos para homens e 62 para mulheres. A idade média de aposentadoria no Brasil é um absurdo: 54 anos! Ora, aos 54 anos, uma pessoa ainda tem muito a contribuir com a sociedade.

Para ter acesso ao sistema, precisará haver uma combinação de idade e tempo mínimo de contribuição, o que não ocorre hoje. Esses cálculos teriam ajustes com regras de transição para quem já está na ativa. A segunda premissa é a de um sistema de capitalização obrigatória. A proposta do governo não esclarece como isso se dará, mas aponta sua necessidade. Nossa expectativa é que haja a combinação do sistema de repartição, com um benefício mínimo, e de capitalização, para aumentar essa poupança previdenciária.

A Abrapp tem alguma proposta para essa discussão?

Elaboramos uma proposta em conjunto com a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), o ICSS (Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social), a FenaPrevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida) e a CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras). Entre os diversos pontos que abordamos e estamos levando para conhecimento e discussão dos parlamentares em Brasília e a população como um todo, definimos três pontos principais:

- Todos os nascidos após 2005, ao atingirem 65 anos de idade, teriam direito a uma Renda Básica do Idoso (RBI) de R\$ 550, mesmo que nunca tenham contribuído com o INSS.
- Além da RBI, quem contribuiu com o INSS teria direito a um valor extra de até R\$ 1.650, dependendo do tempo de contribuição. Somado aos R\$ 550 da RBI, o total de R\$ 2.200 mensais equivaleria à renda média do brasileiro hoje.
- Para quem tem salário superior a R\$ 2.200 seria obrigatório contratar um plano de previdência complementar para elevar a renda mensal na aposentadoria, até um teto de R\$ 8 mil. Acima disso, o cidadão faria uma reserva própria.

Percebemos claramente que as pessoas precisam compreender que formar sua poupança previdenciária é fundamental. Hoje, o quadro no Brasil é dramático: apenas 1% dos idosos são considerados financeiramente independentes, 25% são obrigados a trabalhar, 28% dependem de caridade e 46% dependem de parentes. Precisamos difundir, com urgência, a educação financeira e previdenciária. Aliás, já deveríamos ter avançado nesse aspecto, tanto quanto na reforma de nossa Previdência Social.

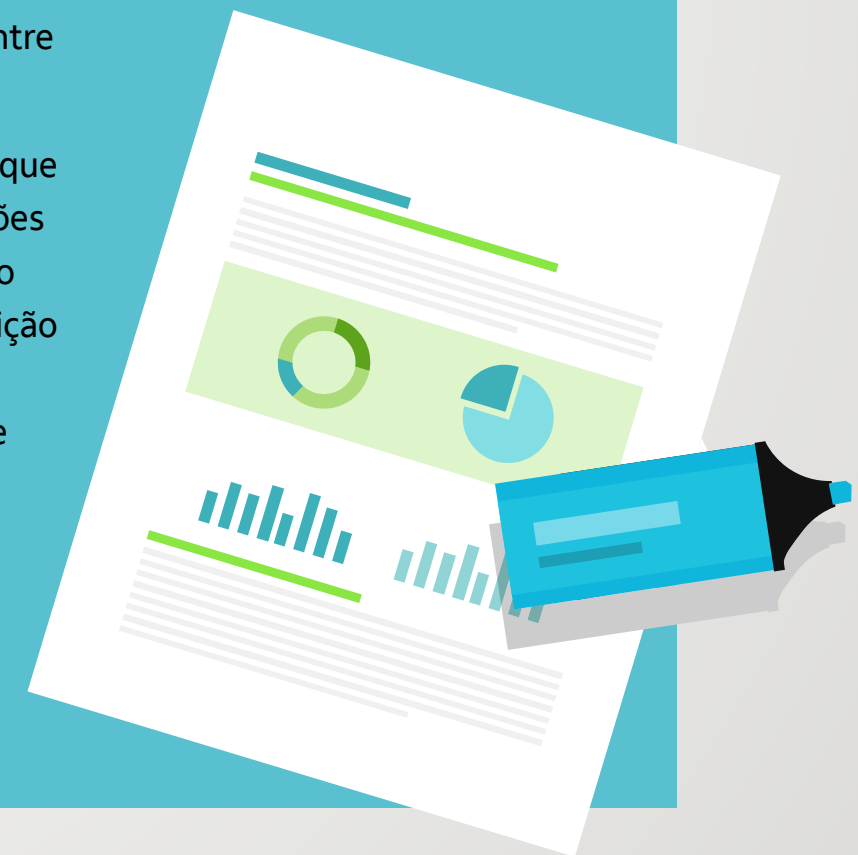


Os valores do Plano de Custeio 2019/2020

Houve mudança nos valores do Plano de Custeio utilizado de 1º de abril de 2019 e 31 de março de 2020 do plano **Funbep II** (no **Funbep I**, permanece o mesmo).

A revisão dos valores é resultado da avaliação atuarial feita anualmente pelos atuários contratados, como determina a legislação, a partir de um estudo técnico que analisa mudanças no grupo de participantes e no patrimônio dos planos, bem como os investimentos e a evolução dos benefícios pagos, entre outras variáveis.

Nesse processo, é calculado o Plano de Custeio Previdencial, que indica os valores necessários para o pagamento das obrigações previstas nos Regulamentos, bem como a contribuição para o custeio administrativo para cobertura das despesas. A definição do rateio desse custeio varia conforme as regras de cada plano. Em caso de dúvida, entre em contato com a Central de Atendimento do Funbep.



Até mais, Arnaldo!



Da esquerda para a direita: Reginaldo Camilo (diretor presidente do Funbep), Ana Maria Fideli Marques (conselheira), Ruy Fernando Metzger (conselheiro), o homenageado Arnaldo Serighelli, Osvaldo do Nascimento (presidente do Conselho Deliberativo), Carlos Henrique Donegá Aidar (conselheiro indicado) e Antonio Chalbaud Biscaia Neto (conselheiro).

Sandra Blass

No dia 21 de março, a primeira reunião do Conselho Deliberativo do Funbep em 2019 contou com a despedida ao diretor Arnaldo Serighelli que foi, durante 16 anos, um dos responsáveis pelo processo de consolidação e governança dos planos de previdência fechados do Itaú Unibanco.

“O Arnaldo conquistou um espaço muito importante na gestão das nossas fundações de previdência, mostrando competência e sobretudo comprometimento, sempre com uma atitude correta e exigente em relação ao fiel cumprimento das normas e regulamentos. Essa conquista pode ser atestada pelo nível de confiança que ele adquiriu junto aos seus pares, gestores, colaboradores e representantes dos participantes e assistidos, por sua competência e conduta ética e responsável”, comenta o diretor presidente do Funbep, Reginaldo Camilo.

“É fundamental ressaltar também sua atuação na formação de uma equipe altamente qualificada, que compete em condições de igualdade com as melhores do setor, e seu legado para a gestão do Funbep, com uma estrutura forte e capaz de responder às crescentes demandas que enfrentamos.”

Em uma mensagem de despedida aos parceiros, colaboradores e gestores enviada em 29 de março, seu último dia à frente da entidade, ele destacou os anos de aprendizado conjunto. O título da mensagem? “Até mais”. Então, até mais, Arnaldo, sucesso nessa nova etapa!



O Funbep está pronto para ouvir os participantes e assistidos, responder às suas necessidades e aperfeiçoar sempre seu relacionamento com você.

Para contatar a entidade, você pode utilizar o canal de atendimento de sua preferência:

Por telefone
(De 2ª a 6ª feira, das 8h às 19h)
4090 1640

Capitais e Regiões Metropolitanas
0800 722 8040

Demais localidades
0800 770 2399

Pessoas com deficiência auditiva e de fala

Pela Internet
www.funbep.com.br
Canal “Fale Conosco”

Pessoalmente
(De 2ª a 6ª feira, das 10h às 17h)
Rua Marechal Deodoro, 869
– 17º andar – Centro
– CEP 80060-010
Curitiba – PR

Envie suas sugestões de matéria para o Canal “Fale Conosco”. Participe!



Informativo bimestral do Funbep •
Elaboração Palavra.
Oficina de Textos, (11) 3817-4829 •
Jornalista responsável: Beth Leites (MTb 20.273) • Projeto gráfico: 107artedesign • O Funbep não se responsabiliza por decisões tomadas com base nas matérias divulgadas nesta publicação.

8 ■ história de vida

Fernando Prezutti se aposentou há 28 anos, mas ainda não sentiu o gostinho de ser dono do próprio tempo. Ele e a esposa têm planos de viajar muito pelo Brasil e mundo afora.

Arquivo pessoal



“Quando terminar minha gestão na AFAB, depois de 17 anos na entidade, pretendo usufruir mais a vida com minha esposa Iracema.”



Com você



mar/abr
2019

2 balanço

3 educação financeira

4 pingue-pongue

6 acontece

8 história de vida

9 funbep em números

Com o pé na estrada!

“Aos dez anos, eu já trabalhava no comércio. Sou de Jacarezinho, uma cidade no norte paranaense, onde havia poucas possibilidades de emprego e ser bancário era um privilégio. Quando, em 1963, surgiu a oportunidade de entrar no Banco do Estado do Paraná, agarrei com unhas e dentes e não larguei mais. Tinha 22 anos, comecei como auxiliar escriturário, e, dois anos depois, prestei concurso e iniciei minha carreira no Banestado.

Em 1969, surgiu a primeira mudança de cidade, para Cambé, como contador; em 1973, fui transferido para Apucarana na função de gerente administrativo; e, em 1978, inaugurei uma

agência na cidade de Cambira, já como gerente. Veio, então, o convite para retornar à Apucarana como assessor da Gerência Regional, e em 1984 requeri a minha transferência para Curitiba, onde permaneci adido na Divisão de Recursos Humanos. Em 1986, novo convite, criei a Gerência de Departamento de Produtos da Área de Marketing, até que em 1991, me aposentei.

Já estava casado com Iracema, a menina mais bonita de Jacarezinho, minha esposa há 56 anos, quando comecei minha carreira. Hoje, temos três filhos, dos quais nos orgulhamos muito (Estefânia, engenheira florestal e advogada, Fernando Júnior, engenheiro

elétrico, e Ricardo, advogado), três netas e um neto que são as minhas estrelas. É inegável que a criação da minha família e dos meus filhos, minha formação pessoal, acadêmica, social, minha casa, nosso conforto financeiro e de saúde são legados do Banestado hoje assumido pelo Itaú Unibanco, através do Funbep.

O trabalho no banco foi muito significativo para o meu crescimento pessoal. Em Apucarana me formei em Economia, conciliando trabalho e estudo. A atividade bancária era bastante dinâmica, o país estava em evolução, as normas mudavam, surgiam coisas novas todos os dias. Quando me aposentei, fiquei um tempo despressurizando. Na verdade, foram só seis meses de tranquilidade.

Aos poucos, fui me envolvendo nos assuntos relacionados aos interesses dos aposentados do banco. Em 2002, ingressei na AFAB, Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado, onde assumi diversas funções e hoje sou diretor presidente. É uma entidade muito bem estruturada, financeira e administrativamente, com 4.600 associados. Além da sede, possui treze representações regionais. A Iracema participa do corpo de voluntários, que faz trabalhos manuais para doar a instituições de caridade, e também do coral feminino.

Estou com 77 anos e penso que temos que dar espaço para outras pessoas continuarem esse trabalho que é tão gratificante. Tenho mais dois anos para encerrar a minha gestão. Depois, pretendo viajar com minha esposa e usufruir um pouco a vida, com o pé na estrada e sem preocupações.”

Esta seção foi criada para que os assistidos compartilhem suas histórias. Se você quer ser entrevistado ou indicar um amigo, é só ligar para o Funbep, enviar um e-mail ou registrar sua sugestão no Canal “Fale Conosco” no site da entidade.

Participe!

9 funbep em números

(Fevereiro/2019)

Participantes	Funbep I	Funbep II	Total
Ativos	635	14	649
Assistidos*	5.745	3	5.748
Autopatrocinado	32	1	33
BPD	125	3	128
Em fase de opção	33	0	33
Total	6.570	21	6.591

*Inclui pensionistas

(Fevereiro/2019) / (em milhões de reais)

Posição Patrimonial				Passivo			
Ativo	Funbep I	Funbep II	Total	Funbep I	Funbep II	Total	
Realizáveis	1,2	0,1	1,3	Exigíveis	261,9	0,1	262,0
Investimentos	4.510,5	6,5	4.517,0	Operacional	11,1	0,0	11,1
Outros	63,7	-	63,7	Contingencial	250,8	0,0	250,8
Total	4.575,4	6,6	4.582,0	Passivo Atuarial	4.605,8	2,9	4.608,7
				Deficit Acumulado	(293,1)	(0,0)	(293,1)
				Fundos	0,8	3,7	4,5
Total	4.575,4	6,6	4.582,0	Total	4.575,4	6,6	4.582,0

(Fevereiro/2019) / (em milhões de reais)

Resultado Acumulado no Período	Funbep I	Funbep II	Total
Contribuições Recebidas	9,6	0,2	9,8
Benefícios Pagos	(65,0)	-	(65,0)
Resultado dos Investimentos	102,2	0,1	102,3
Despesas Administrativas	(2,4)	(0,0)	(2,4)
Provisões Matemáticas	64,5	(0,0)	64,5
Provisões para Contingências	(6,6)	-	(6,6)
Constituição/Reversão de Fundos	0,2	(0,2)	0,0
Resultado do Período	102,5	-	102,5

